



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023 RP Nº 004/2023

OBJETO: Registro de preço para aquisição de ração (seca e úmida) e alimentos para animais, visando atender a demanda da Seção de Controle de Zoonoses da Gerência de Vigilância Ambiental, do Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I deste Edital.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por NUTRIGERO NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, encaminhada via e-mail no dia 23/03/2023, às 16:29h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 020/2023, Pregão Eletrônico nº 008/2023, Registro de Preços nº 004/2023.

A impugnação é focalizada nas disposições contidas no item 18.13 do Edital, que estabelece que *"O prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento/Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado em caso de comprovada necessidade, conforme item 7.2 do Anexo I – Termo de Referência"*.

Alega a licitante que o prazo de entrega é exíguo, havendo chances de não ser atendido por licitantes cuja sede não seja nas proximidades do Município de Conselheiro Lafaiete.

Sustenta que a fixação de prazo de entrega exíguo colide com as disposições constantes do art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, invocando, ainda, jurisprudência do TCE/MG (Denúncia nº 862.524).

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas, especialmente mediante a dilação do prazo de entrega para 15 (quinze) dias.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

"Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”

De acordo com o item 12.1 do Edital, “As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/>), link ‘editais e resultados’ e posteriormente ‘impugnar’”.

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 28/03/2023, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 23/03/2023, às 16:29h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Ressalta-se que não fora observada a forma de interposição prevista no instrumento convocatório (protocolo no portal BBMNET, nos termos do item 12.1 do Edital), não sendo o encaminhamento via e-mail forma de interposição contemplada no instrumento convocatório. Não obstante, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação, como medida de flexibilização de formalismo, e em observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

III. Do mérito da Impugnação

O julgamento da impugnação consiste em verificar se as condições estipuladas para a execução dos serviços licitados, mais precisamente quanto à previsão contida no item 18.13 do Edital (item 7.2 do Anexo I – Termo de Referência), relativas ao prazo de entrega dos produtos cuja aquisição é pretendida, restringem indevidamente a participação de licitantes, frustrando ainda o caráter competitivo do certame, em desrespeito ao disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Dispõe o instrumento convocatório em relação ao tópico impugnado:

“18.13. O prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento/Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado em caso de comprovada necessidade, conforme item 7.2 do Anexo I – Termo de Referência.”
(destacamos)

Pois bem. Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública, cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

"(...) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.

Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)

As exigências editalícias, alusivas às especificações técnicas do objeto licitado, ensejam, inevitável e logicamente, restrições à competitividade do certame, eis que à medida em que a Administração aumenta as condições técnicas do objeto, diminui o número de licitantes com capacidade para ofertar o referido objeto.

Contudo, a conclusão pela irregularidade dessas especificações depende não só disso, mas, necessariamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade ou da inadequação das exigências editalícias.

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Destina-se o processo licitatório ao Registro de preço para aquisição de ração (seca e úmida) e alimentos para animais, visando atender a demanda da Seção de Controle de Zoonoses da Gerência de Vigilância Ambiental, do Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I deste Edital.

Conforme se depreende, em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Saúde – solicitante do certame – as diretrizes necessárias para a execução do contrato, englobando a previsão de prazo de entrega dos equipamentos (5 dias úteis, **prorrogáveis** em caso de necessidade).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Por se tratar do fornecimento de itens comuns, não personalizados e comumente disponíveis em estoque, não se observa ausência de razoabilidade no prazo estabelecido para entrega das mercadorias, considerando os padrões usuais de mercado e de contratação, e notadamente diante da possibilidade de prorrogação do aludido prazo, em caso de necessidade justificada à Administração. A propósito, não consta da impugnação/esclarecimento nenhum cronograma de logística que embase objetivamente a dilação do prazo de entrega nos moldes pretendidos, demonstrando a inviabilidade no cumprimento do prazo estipulado pela Administração.

A propósito, cediço que o prazo estabelecido no Edital (5 dias úteis, prorrogáveis), é praticamente equivalente ao postulado pela própria Impugnante (*"prazo coerente de 15 dias"*).

Não é possível detectar a existência de direcionamento do feito licitatório, resguardada a lisura do certame e a finalidade maior do ente público em resguardar a efetividade e eficiência no cumprimento do contrato. Lado outro, as condições eleitas pela Administração não impedem a participação de interessados na disputa, não havendo frustração da competitividade.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão da condição de execução dos serviços, tampouco ilegalidade na sua exigência que, conforme exposto, não implica em restrição indevida à competitividade, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por NUTRIGERO NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 23 de março de 2023.


Alisson Dias Laureano
Pregoeiro